

Tendência é eleição em novembro

Rubem Azevedo Lima

A coincidência de opiniões entre o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, sobre o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, era considerado, ontem, pelos constituintes que voltaram a Brasília, após o recesso da Assembléia, sinal inequívoco de realização de eleições presidenciais em novembro próximo.

O líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, admitiu, contudo, que o presidente Sarney, na hipótese de adotar, agora, com um ministro da Fazenda de sua confiança, medidas impopulares, mas indispensáveis, poderá salvar seu mandato de cinco anos.

Mas, na opinião de Passarinho, a adoção de tais medidas necessitará de suporte político, suprapartidário, através do "Centrão". O difícil, a seu ver, será conseguir que esse grupo se mantenha unido. Para o êxito das medidas que considerou essenciais, Passarinho sustenta, no entanto, que seria conveniente não haver eleições presidenciais esse ano. Apesar de entender que os cofres públicos dificilmente continuariam fechados, num processo de eleições presidenciais em 1988, o líder do PDS fez outra ressalva, tão ruim quanto essa hipótese agravadora da inflação: a de que o presidente Sarney, mantido o mandato de cinco anos, não tome, agora nem mais tarde, as providências econômicas impopulares que a Nação exige.

Revolta

Independentemente do efeito político da aproximação entre Ulysses e Quércia — ambos passaram a admitir que a sociedade parece exigir a substituição do atual presidente — o deputado Hélio Duque, do PMDB do Paraná, afirma que a causa principal da crise brasileira é política. A situação econômica do País, no momento, salienta Duque, é, hoje, menos dramática do que no começo de 1987. O que há de grave, a seu ver, é a falta de credibilidade política no Governo.

Outro parlamentar que também voltou impressionado de suas bases, quanto à situação política, foi o deputado Hermes Zanetti, do PMDB gaúcho, linha ortodoxa. Ao que disse, a opinião pública está revoltada com o chamado "Centrão", responsável pela paralisação da Constituinte e pela ameaça de supressão de conquistas feitas pelos progressistas, no projeto de Constituição.

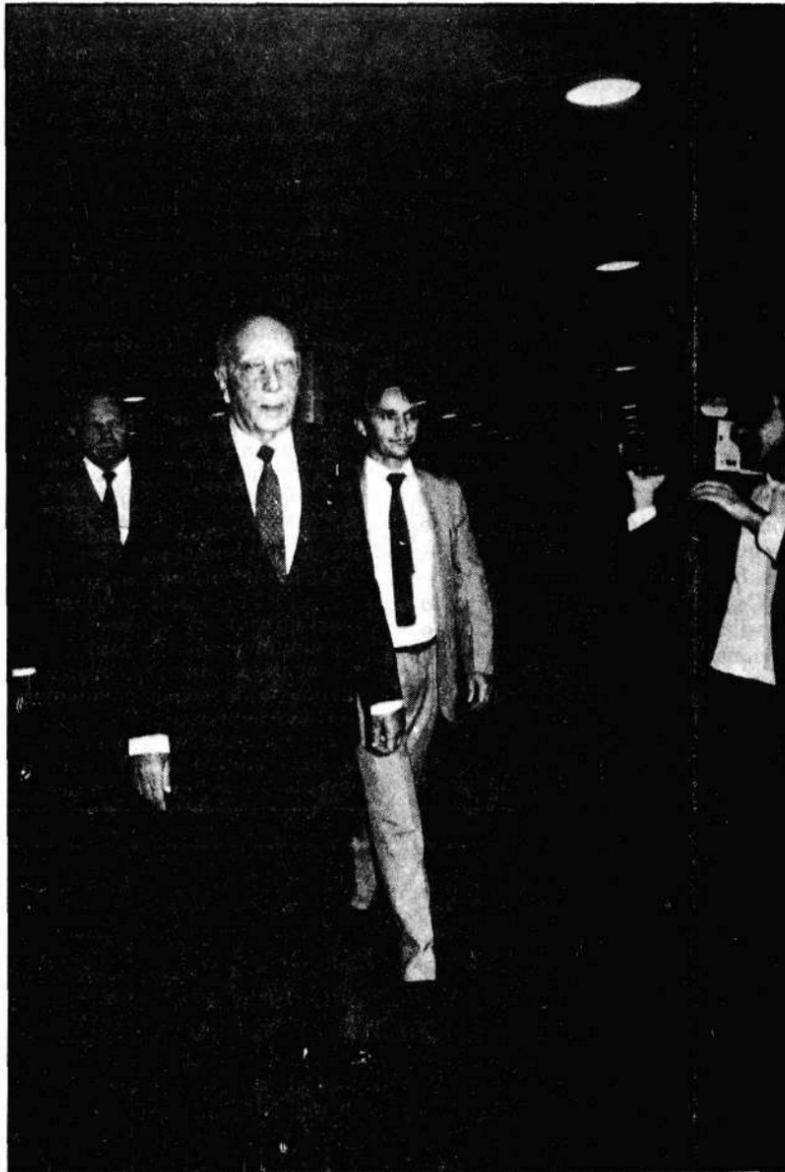
A tal respeito, no entanto, havia desencontro de informações. O deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB, mais integrado no "Centrão", mostrava-se satisfeito com seus contatos políticos em São Paulo. Um anônimo — contou Cardoso — enviou-lhe de presente, no Natal, um relógio Cartier, de ouro, de alto custo, em retribuição às vitórias daquele grupo, na Constituinte. Num restaurante fino da capital paulista, Roberto teve outra surpresa: ao tentar pagar a conta de seu próprio jantar, alguém já havia efetuado esse pagamento.

Caráter

No geral, porém, quase todos os constituintes recém-chegados de suas bases achavam absolutamente impossível a manutenção do mandato de Sarney por cinco anos. Mesmo no PFL, numerosos parlamentares acham que o Governo dá seguidas demonstrações de incompetência, como a de aumentar os vencimentos dos funcionários públicos, aplicando o índice de 47% de reajuste, o que equivale, na prática, a 11% de ganho real.

Alguns parlamentares do grupo histórico do PMDB, no entanto, estavam preocupados com a inexistência de quorum na Constituinte, apesar dos apelos feitos a todos pelo presidente Ulysses Guimarães, para que voltassem ontem a Brasília. Sob esse aspecto, teme-se, agora, que o "Centrão" tente adiar o andamento dos trabalhos constitucionais. O próprio líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, está preocupado, num desabafo, chegou a citar Capistrano de Abreu e Mário de Andrade, para acenar que, a seu ver, uma das causas da crise brasileira "é a falta de caráter de largos setores da vida pública". E, sublinhou, encerrando: "Os históricos do PMDB se reuniram para apreciar a crise brasileira, todos nos atacaram. Um grupo de cem constituintes do PMDB se liga ao "Centrão", para agir contra o programa peemedebista, ninguém diz nada".

Carlos Menandro



A aproximação de Ulysses com Quércia, indício de eleição-88

Fernando Henrique propõe 4 anos com direito à reeleição

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), deverá apresentar emenda ao projeto de Constituição fixando em quatro anos o mandato dos presidentes da República, que poderiam ser reeleitos pelo menos uma vez, e propondo para o próximo ano a implantação do parlamentarismo.

Segundo o senador, a proposta é extensiva ao presidente José Sarney, que poderia disputar novamente as eleições, e tem o aval dos potenciais candidatos do PMDB. Fernando Henrique assegurou ainda que o governador Orestes Quércia não será candidato se a eleição for realizada este ano.

O senador busca viabilizar na Constituinte a eleição presidencial em 88, criando condições igualitárias entre o mandato do presidente Sarney e os demais

mandatos, fixados em cinco anos pela Comissão de Sistematização.

"O presidente José Sarney teria, assim, condições idênticas aos próximos presidentes. Acabariam as discriminações e ele poderia tentar a reeleição", ponderou Fernando Henrique.

Argumentando que a única maneira de recompor iternamente o PMDB seria colocar nas ruas uma candidatura sólida", o líder do partido no Senado considerou naturais candidaturas como a do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães; do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas e do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro. Assegurou Fernando Henrique que esses candidatos apoiariam a tese do mandato de quatro anos e se comprometeriam com a implantação do parlamentarismo em 89.

Sucessão, tema principal

A reunião dos "históricos" do PMDB, marcada para o próximo sábado no auditório Nereu Ramos da Câmara, terá como tema principal a realização de eleições para Presidente da República este ano. No encontro, deverá ser iniciada também a discussão sobre as candidaturas à sucessão do presidente José Sarney dentro do partido, segundo o JBr apurou ontem.

Os articuladores do movimento, como o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), garantem que os governadores do partido foram apenas notificados da realização da reunião, mas não foram convidados para não comprometerem-se perante o presidente Sarney que defende um mandato de cinco anos.

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, anunciou ontem que não irá participar do encontro alegando que somente comparece às reuniões formais do partido como a Convenção Nacional, o Diretório e a Executiva. "As reuniões da Fundação Pedroso Horta, eu não compareço normalmente", exemplifica.

Apesar dos "históricos" não terem identificado nenhuma articulação visando esvaziar a reunião de sábado, é certo, dentro do PMDB, que o encontro não está agradando o deputado Ulysses Guimarães uma vez que o ex-governador de São

Paulo, Franco Montoro, um dos líderes do grupo, retoma as principais bandeiras do partido com a movimentação em torno das diretas para Presidente da República este ano. Ocorre que Montoro é o principal adversário de Ulysses na disputa da legenda para as eleições presidenciais.

Sobre o encontro dos "históricos", Ulysses acha que deverá tratar das questões programáticas do partido. "Será no sentido do programa do partido, do fortalecimento e da sua unidade e de outras medidas que dizem respeito à serenidade dos trabalhos da Constituinte", previu.

Ulysses Guimarães defende também que somente após a promulgação da Constituição é que o PMDB deverá convocar a sua Convenção Nacional Extraordinária para ajustar o programa partidário à nova Carta. Esta também é a posição do senador José Richa, um dos líderes dos "históricos", que considera o prazo de 30 dias após o encerramento da Constituinte o ideal para a realização da Constituição. Na reunião, seriam discutidas ainda as candidaturas do partido à sucessão de Sarney. Apesar de concordar com Ulysses sobre a data da Convenção, Richa acha que é necessário começar já a fazer encontro para discutir os temas que serão tratados pelo órgão máximo da legenda.

Plenário pode votar sistema e mandato logo

Uma articulação para que o plenário da Constituinte vote, em primeiro lugar, as questões do sistema de governo e da duração do mandato do presidente Sarney começou a ser esboçada ontem, com o endosso ou simpatia do líder do Governo da Câmara, Carlos Sant'Anna; do presidente do PFL, Marco Maciel; do líder do PMDB no Senado, Mário Covas, e do líder do PDT, Brandão Monteiro.

Irreversível

A idéia já foi objeto de conversas preliminares que Brandão Monteiro manteve com Marco Maciel e Covas. Esses dois últimos responderam ao líder pedetista que pessoalmente consideram importante a definição imediata em torno daquelas duas questões, mas que ainda pretendiam examinar melhor o assunto, para adotarem uma posição definitiva.

Procurado pelos repórteres, Carlos Sant'Anna lembrou que já na Comissão de Sistematização manifestava o entendimento de que algumas questões "fundamentais" deveriam ser votadas com prioridade e entre essas questões ele inclui as relativas ao mandato presidencial e ao sistema de governo. Para o líder governista, o que interessa ao Planalto é que se defina logo o sistema de governo. A duração do mandato — quatro ou cinco anos — a seu ver "tanto faz".

Brandão Monteiro também destaca a necessidade de uma definição prioritária daquelas questões, afirmando haver constatado um sentimento nesse sentido não só entre constituintes, mas também entre eleitores com os quais conversou durante o recesso parlamentar. A propósito, observou o líder do PDT que, "apesar da gravidade da situação econômica e do inconformismo diante dessa situação, as questões políticas ainda despertam grande interesse na sociedade, especialmente a questão do mandato presidencial".

O líder pedetista considera irreversível a tendência da Constituinte pelos quatro anos para Sarney, citando como sintomas importantes disso as últimas declarações do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e dos governadores Orestes Quércia e Newton Cardoso. Os três afirmam defender os cinco anos mas já reconhecem a forte inclinação popular pelos quatro anos.

PT contra

O novo presidente do PT, Olivio Dutra, fez restrições à idéia de prioridade para a votação do mandato presidencial e do sistema de governo. Na sua opinião, o "Centrão" poderá beneficiar-se dessa prioridade, votando a favor, mas em troca negociará a abdicção de alguns pontos defendidos pelos "progressistas" nos capítulos da ordem econômica e social. Ele prefere que seja seguida, "sem novas protelações, a ordem natural de votação", mesmo que o mandato fique para o final.

Para Álvaro, Constituinte é prioridade

Curitiba — O governador do Paraná, Alvaro Dias, disse ontem, que a afirmação do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de que o povo quer quatro anos de mandato presidencial é mais uma entre tantas manifestações de lideranças, que já começam a se tornar repetitivas. Alvaro, que continua apoiando cinco anos para Sarney, admite que "não se pode ignorar o clamor popular por eleições, mas temos que se questionar se a Constituinte vai terminar seus trabalhos a tempo de viabilizar a eleição".

Para o Governador, Eleição e Constituição não podem ser realizadas ao mesmo tempo e a prioridade para a nação é um novo texto constitucional. "Um presidente é eleito por quatro anos e uma Constituição deve durar bem mais do que isto. Portanto, sua elaboração não pode ser comprometida por nenhum outro fato", disse. Segundo ele, o mês de abril seria o prazo máximo para o fim dos trabalhos da Constituinte, se decidida por eleições presidenciais este ano.